



Intervenções do PAC no Morro do Adeus e suas (não) apropriações

Interventions of the PAC in Morro do Adeus and its (non) appropriations

Lara Barreira de Vasconcelos¹, Universidade Federal do Rio de Janeiro, larabarreira.arq@gmail.com

Cristóvão Fernandes Duarte², Universidade Federal do Rio de Janeiro, duarte.cristovao@gmail.com

1 Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará, aluna do Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coautora do livro *Arquitetura Paisagística: quatro Paisagens, quatro Narrativas*.

2 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), mestrado em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Foi técnico do IPHAN (1986-2005) e Superintendente Regional do IPHAN para os estados do Pará e Amapá. Foi professor da Universidade da Amazônia (1988-2005). É professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo exercido o cargo de Diretor Adjunto de Extensão da FAU-UFRJ (2006-2010).

RESUMO

O Morro do Adeus é uma favela que passou por intervenções do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) com as obras de novos espaços públicos e da construção da estação de teleférico concluídas em 2011. A partir da pesquisa de campo, observação participativa e entrevistas, observou-se que os novos espaços públicos construídos apenas cinco anos após sua inauguração estão esvaziados pela população local. Buscando compreender os motivos pelos quais levam a baixa apropriação e reconhecimento desses espaços pela população, observou-se que a intervenção imprime lógicas exógenas ao espaço físico-social da favela. A falta de diálogo do espaço recentemente construído com identidade e dinâmicas locais dificultam a apropriação do espaço pela população. O trabalho aqui apresentado propõe a reflexão acerca da necessidade de mudança em relação as lógicas que nortearam a intervenção, reconhecendo a impotência de compreensão das identidades e necessidades específicas do lugar para a partir de uma lógica endógena o espaço público seja lugar legítimo e legitimador de apropriação e dinâmicas socioculturais locais.

Palavras Chave: (Morro do Adeus, apropriação do espaço público, intervenção em favela)

ABSTRACT

Morro do Adeus is a favela that has undergone interventions by the PAC (Growth Acceleration Program) with the construction of new public spaces and the construction of the cable car station completed in 2011. From the field research, participative observation and interviews, It was noted that the new public spaces built five years after their inauguration are emptied by the local population. Seeking to understand the reasons why they lead to the low appropriation and recognition of these spaces by the population, it was observed that the intervention prints exogenous logics to the physical-social space of the favela. The lack of dialogue of the newly constructed space with local identity and dynamics makes it difficult for the population to appropriate space. The work presented here proposes a reflection on the need to change in relation to the logics that guided the intervention, recognizing the impotence of understanding the identities and specific needs of the place, from an endogenous logic, the public space is a legitimate and legitimating place for appropriation And local sociocultural dynamics.

Keywords: (Morro do Adeus, appropriation of public space, intervention in favela)

Atualmente é professor do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ, exercendo o cargo de Coordenador do Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística. Autor do livro *Forma e Movimento* (Rio de Janeiro: Vianna & Mosley: Ed. PROURB, 2006) e co-organizador do livro *Favela&Cidade* (Napoli: Giannini Editore, 2008).

INTRODUÇÃO

Ao longo da história das cidades brasileiras, as favelas passaram por diversas formas de intervenção, sendo a remoção a alternativa historicamente predominante, legitimada por uma cultura de estigmatização do espaço e do cidadão favelado por parte das classes sociais dominantes (SILVA; BARBOSA, 1959). Os anos 1990 marcou a mudança de postura do poder público, reconhecendo a favela como parte irreversivelmente integrante da paisagem urbana e iniciando uma política de urbanização dos espaços favelados. É inegável a importância dessa mudança de postura, levando em consideração o conceito de Direito à Cidade (Estatuto da Cidade, 2001).

No caso da capital fluminense, desde o deslocamento das populações para os parques proletários na era de Vargas na década de 1940 até o Governo de Carlos Lacerda seguido da Ditadura Militar nas décadas de 1960 e 1970, a forma de intervenção nas favelas cariocas eram predominantemente a remoção. O período da ditadura foi marcado pela periferização da população de menor renda a partir da remoção das favelas nas áreas de interesse imobiliário e reassentamento da população nos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) que eram construídos nas franjas urbanas da cidade.

As populações das favelas bem como os movimentos sociais fizeram fortes críticas as políticas autoritárias de remoções e periferização da moradia, passando a lutar pela urbanização dos espaços das favelas. Somente a partir do período de redemocratização a partir do fim da década de 1970 e década de 1980 que a manutenção das favelas em seu local e sua urbanização passam a ser consideradas como alternativas pelo poder público.

Nesse sentido, merece destaque a contribuição metodológica e ideológica da atuação de Carlos Nelson Ferreira dos Santos que ainda no final da década 1970 escreveu sobre as favelas cariocas quebrando vários estigmas existentes. A urbanização de Braz de Pina (1979) encabeçada por ele contribuiu significativamente para a mudança de paradigmas de como o estado pode intervir na favela.

Na década de 1980, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento (SMDS) passa a realizar diversas ações de mutirão nas favelas porém de forma pontual e fragmentada. Somente a partir da década de 1990 que é criada uma política pública que passa a encarar o desafio da inclusão das favelas de forma mais ampla e sistemática. Em 1992, o Plano Diretor do Rio de Janeiro cria lei específica tratando a urbanização de favelas. Como desdobramento desse processo o Programa Favela-Bairro é lançado e viabilizado financeiramente por acordos com o BID (Bando Interamericano de Desenvolvimento).

O programa Favela-Bairro representou um grande salto ideológico de como tratar as favelas dentro da cidade. As intervenções passaram a tratar não apenas habitações isoladas, como já havia sido feito e anos anteriores, mas incluíram o projeto de melhoria dos espaços públicos e infraestrutura urbana. Dentro do programa, que ocorreu entre 1995 e 2005, cerca de 90 favelas receberam melhorias.

O programa Morar-Carioca lançado em 2008 foi anunciado como um programa ainda mais abrangente e que daria sequência a política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro, porém jamais foi implementado da forma como foi planejado. O contexto político, econômico e a realização de mega-eventos na cidade do Rio de Janeiro acabou por dar prioridade a outras

agendas. As ações realizadas em nome do programa foram pontuais e não incorporaram as metodologias de inclusão e participação social da forma que haviam sido planejado.

Para além disso, a agenda da cidade em preparativos para recepção dos megaeventos desconectava-se completamente das diretrizes de urbanização previstas no Plano Diretor e passa a legitimar novamente as práticas remocionistas, seja para valorização imobiliária, seja para implantação de infraestruturas esportivas e de transporte. Remoções essas que revisitaram características de décadas anteriores tanto no autoritarismo da forma como foram realizados como na marcada subserviência do estado aos interesses econômicos privados.

Recentemente o PAC – favelas (Programa de Aceleração de Crescimento - favelas) lançado em 2008 realizou intervenções pontuais nos espaços das favelas do Complexo do Alemão, Rocinha, Manguinhos, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo. Essas intervenções sofrem atualmente fortes críticas por não ter atuado nas prioridades apontadas pela população, como saneamento básico por exemplo. As críticas se fundam principalmente por essas intervenções terem executando somente obras de grande visibilidade como a implantação dos teleféricos (SILVA, 2015), por não ter havido participação da população e por ter sido implantado junto com a militarização da polícia (PINHEIRO, 2015 e RODRIGUES, 2015). A instalação das UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora), com suas sedes implantadas sempre ao lado das estações do teleférico, tem uma relação bastante conflituosa com a população.

Como esse breve histórico nos mostra, mesmo as favelas existindo no cenário urbano carioca desde o final do século XIX, apenas nos anos 1990, as favelas passam a ser reconhecidas e acolhidas por intervenções públicas para melhorias de infraestrutura de maneira mais sistemática. A partir dessa nova possibilidade de atuação do poder público em relação à favela, muitas ações têm sido realizadas no campo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro. Passando pelas experiências iniciais de multirão ainda na década de 1980, pelo Programa Favela-Bairro ocorrido entre 1995 e 2005, as ações do PAC- Urbanização de Favelas iniciado em 2008 e o programa Morar Carioca lançado em 2010.

Contudo, será que esses projetos urbanização dialogam com a lógica espacial e social intrínseca da favela? Mas o que seria essa lógica? E qual seria a importância de respeitá-la? Que pensamentos urbanísticos apoiam a natureza dessas intervenções? Bem, essas são questões bastante complexas que esse trabalho não busca responder por completo, mas apresentar o debate utilizando o estudo de caso da favela do Morro do Adeus situada no bairro do Complexo do Alemão na Zona Norte do Rio de Janeiro. O local passou recentemente por uma intervenção no contexto da instalação do teleférico do complexo do Alemão inaugurado em 2010 parte integrante das ações do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

A investigação sobre intervenções do espaço público na favela é um tema que permanece na agenda de desafios do planejamento urbano das cidades, tanto no âmbito de avaliar os impactos de intervenções já realizadas nas últimas décadas, como no âmbito de pensar qual seria uma perspectiva para as novas intervenções no espaço que venham a favorecer uma apropriação do espaço público e acolher as práticas sócio-espaciais das populações periféricas. Entendendo que o acesso a espaços públicos de qualidade que proporcionem um ambiente saudável de trocas, interseções sociais e manifestações culturais fazem parte do Direito à Cidade de todos os habitantes da urbe, este trabalho busca contribuir na reflexão no tema de urbanização de favelas, com foco nos espaços públicos urbanos.

O MORRO DO ADEUS E A APROPRIAÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS CONSTRUÍDOS

O estudo de caso proposto para aprofundar essas questões referentes ao tema de urbanização de favelas será o Morro do Adeus, favela carioca situada na zona norte do Rio de Janeiro correspondente a Área de Planejamento 3 do Plano Diretor. Faz parte de um grupo de favelas que configura o complexo do Alemão, considerado também um bairro. Embora o Morro do Adeus faça parte do complexo, ele não está conturbado com as demais favelas, como estão as demais favelas do complexo. O bairro está inserido dentro da APARU da Serra da Misericórdia (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana). A abordagem proposta terá como foco a análise do espaço público da favela.

O trabalho se apoiará nos conceitos de paisagem e de espaço propostos por Milton Santos em sua obra “A Natureza do Espaço”. Para Santos (2014) a paisagem seria a configuração material do território, o aspecto concreto (físico) resultante dos elementos naturais e artificiais. Essa configuração resulta por sua vez da interação de uma sociedade com a natureza e com ela mesma em diversos tempos (transtemporal). A paisagem, portanto, é resultante desses diversos tempos, porém é objetivamente única no tempo presente.

O espaço segundo Santos (2014) se diferencia conceitualmente da paisagem por acrescentar a essas formas-objetos a sociedade e suas relações. O espaço, portanto, abrange a configuração territorial mais os aspectos humanos e subjetivos. Essas relações entre homem -natureza e homem-homem estão por sua vez expressas de diversas maneiras na paisagem que é resultante dessas relações. Portanto, segundo o teórico “A paisagem é o conjunto formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Os espaços são nessas formas a vida que as anima.” (SANTOS, 2014, p.103)

Esses dois conceitos serão muito importantes para a metodologia proposta, pois para compreender a atual paisagem que configura o Morro do Adeus é necessário entender também como se dá a relação da sociedade com essa paisagem. Essas relações (sociedade- paisagem) podem envolver tanto as políticas públicas, como a relação cotidiana dos cidadãos com o lugar e suas representações imagéticas. Nesse sentido.

A paisagem atual do Morro do Adeus é marcada pelos elementos naturais da topografia acidentada característica de morro e por uma vegetação de mata atlântica relativamente preservada em uma parte da encosta. A presença humana marca a paisagem em duas tipologias de espaço construído bem distintas, por um lado as pelas casas, ruas e comércios da favela; por outro pela intervenção do teleférico composta pela estação em si, pelos espaços públicos construídos a sua volta no topo do morro, pelas torres de sustentação dos cabos do teleférico e pelas vias de acesso à estação e às torres.

Existe uma distinção clara e bem delimitada entre os espaços construídos pela comunidade e os espaços construídos pela intervenção do teleférico. A distinção se dá principalmente pela escala e morfologia do espaço construído, sendo os espaços populares mais próximos à escala humana e os novos espaços construídos em dimensões mais monumentais. Essa distinção entre escalas se dá pela dimensão das vias, e as distância entre elementos construídos.

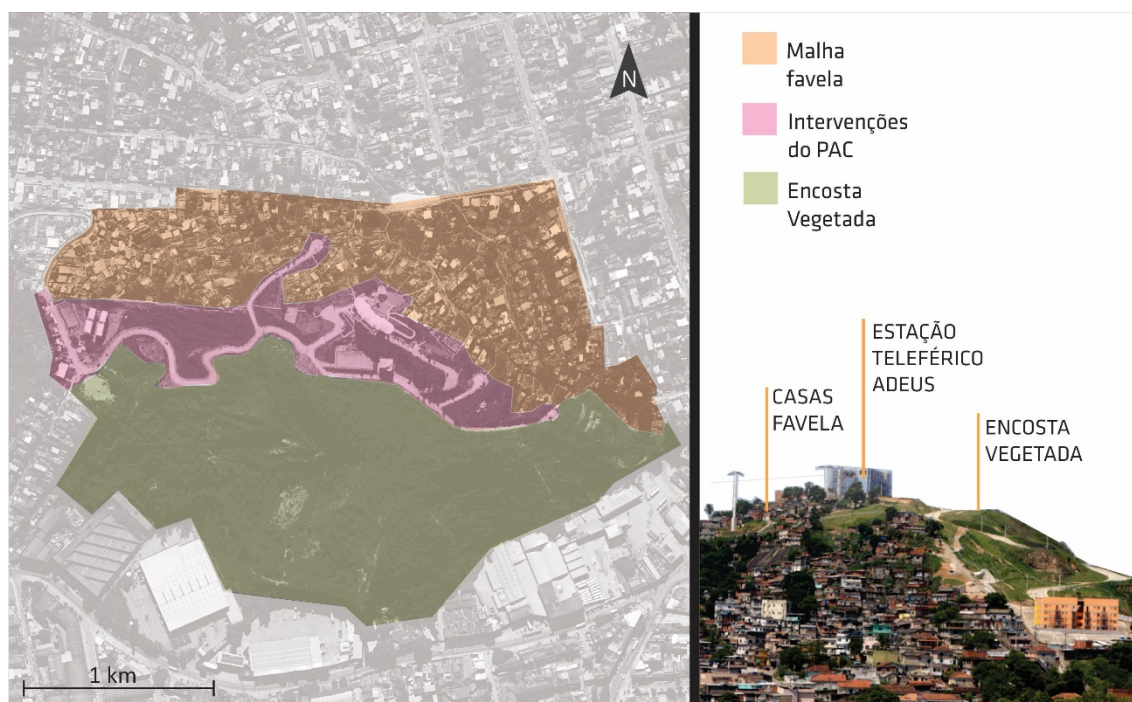


Figura 01: Caracterização paisagem Morro do Adeus

Esse breve cenário é parte integrante dos elementos físicos que fazem parte da paisagem atual do Morro do Adeus. A entrevista com alguns moradores bem como a vivência no local através da observação participativa permitiu que fosse possível investigar melhor como as pessoas vêm e usam esse 'espaço'.

Ao perguntar para os moradores o que poderia ser melhorado nos espaços públicos do Morro do Adeus, muito dos entrevistados reivindicaram a construção de pracinhas, e mais espaços para as crianças brincarem. Esse fato muito chama a atenção já que foram construídas sete pracinhas ao longo das vias de acesso à estação do teleférico do Adeus e apesar de não haver equipamentos específicos de parquinho infantil, o espaço é bem amplo para usufruto de crianças. O que faz com que esses moradores continuem reivindicando pracinhas, mesmo fisicamente as pracinhas já existindo? Essa aparente contradição nos leva a considerar que por algum motivo essa população, ou parte relevante dela, não se reconhece nesses espaços. A observação do pouco uso desses espaços nas diversas visitas ao local endossa essa possibilidade.

Outro aspecto interessante observado nessa aproximação com a população, foi que, ao caminhar pelo local na companhia de uma moradora, ela apontou ao longo do percurso vários espaços em que antes existiam casas de amigos e parentes. Descreveu que alguns familiares costumam chorar ao passar naqueles lugares por recordar de seus antigos lares. Em alguns trechos da caminhada encontramos parte de casas semidestruídas, restando o piso e pedaços de parede ao relento. O local onde antes existiam casas se transformaram em espaços ocupados por vegetação selvagem (mato), pelas pracinhas-mirante e pelas vias de acesso ao teleférico e às torres de sustentação dos cabos.

Analisando comparativamente a imagem aérea do antes e depois da intervenção na mesma escala, é possível perceber a extensão do tecido urbano de casas que foi removido para a construção da intervenção. Estima-se aproximadamente 200 casas removidas. É importante

perceber também que o tecido removido extrapola o que seria “estritamente necessário” para viabilizar a instalação da estação do teleférico e da principal via de acesso. O que leva concluir parcialmente que houveram mais remoções do que seria necessário pela justificativa da instalação da infraestrutura do teleférico.

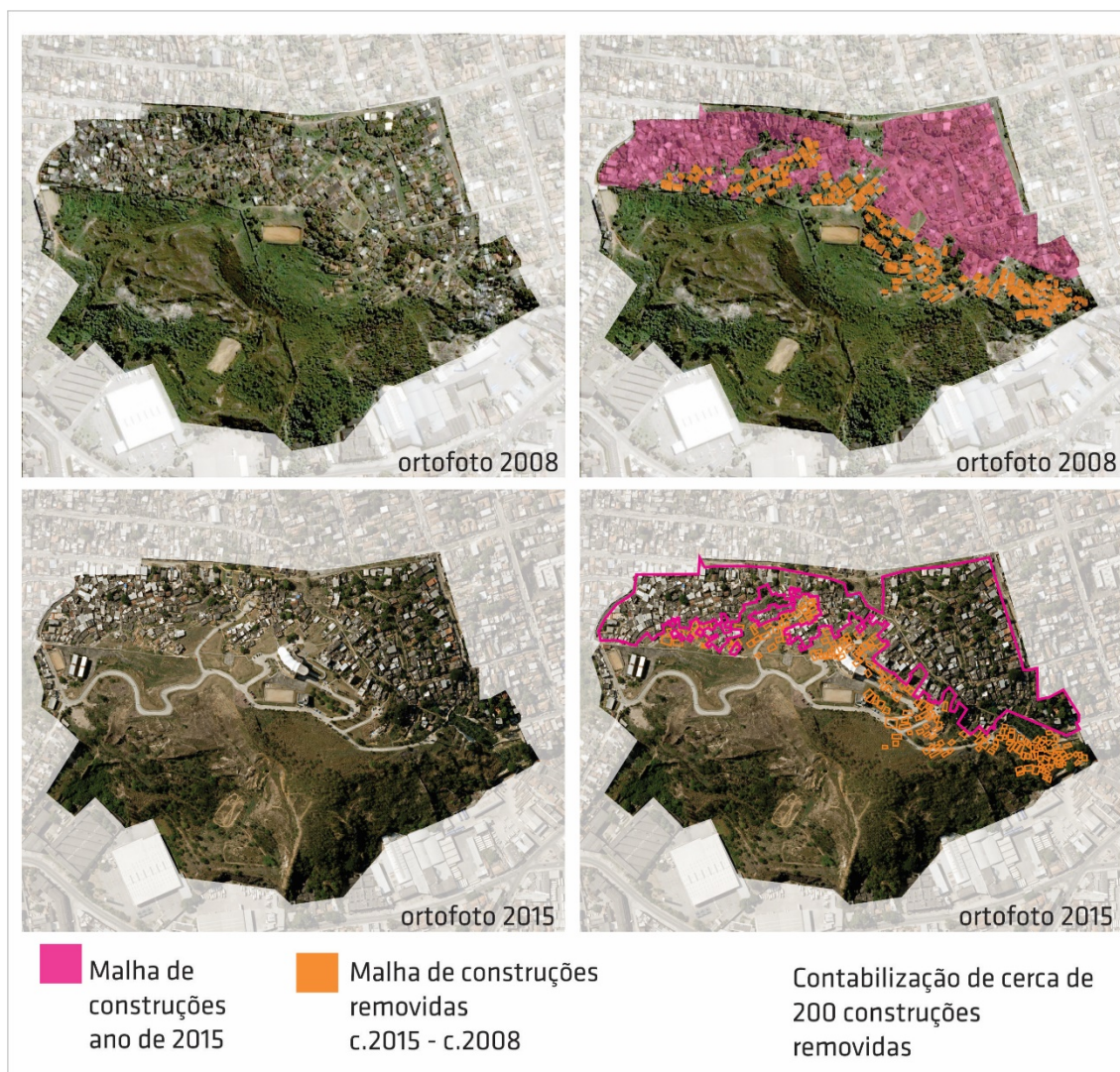


Figura 02: Foto aérea Morro do Adeus antes e depois da intervenção. Fonte: Google Earth modificada pela autora.

As famílias removidas, ainda segundo o relato dessa moradora, foram em parte realojadas em um conjunto habitacional construído na parte baixa do Morro do Adeus, em parte recebeu indenização e foram e se instalar em outras casas de favela dentro do complexo e, uma outra parte ainda, recebe aluguel social até hoje. Em uma outra visita houve o relato de uma moradora que descreveu que por estar viajando e ausente à sua casa no período das obras de intervenção, não teve seus direitos de moradora reconhecido e perdeu tudo: a casa, todos os eletrodomésticos e bens pessoais.

Outro elemento importante para entender a nova dinâmica espacial estabelecida é perceber que a sede da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) fica ao lado na estação do teleférico não apenas no Morro do Adeus, mas em todas as estações do Complexo. Embora esse tema da UPP não tenha sido diretamente abordado nas entrevistas, no convívio e conversas informais por mais de uma vez foi perceptível que a relação entre policiais da UPP e população local não é amistosa.

A partir dessas observações acerca do contato com os moradores e de como se configuram atualmente a paisagem e o espaço do Morro do Adeus foram elaboradas algumas hipóteses e reflexões na tentativa de compreender o porquê esses espaços públicos construídos pela intervenção do PAC-favelas são pouco utilizados e não reconhecidos pela população.

HIPÓTESE 01: PRODUÇÃO DE ESPAÇOS MONUMENTAIS NÃO CONDIZENTES COM A ESCALA LOCAL

A intervenção do PAC no local inclui tanto a construção da estação do teleférico, e das torres de sustentação dos cabos aéreos como construção de vias e espaços livres no entorno da estação (como as praças mirante), e da sede da UPP ao lado da estação. Observa-se que o resultado dessa intervenção produziu espaços monumentais e voltados à lógica dos visitantes de fora e dos carros, desconectados com a lógica da escala humana preexistentes no local. Duarte (2015) descreve a diferença entre as lógicas espaciais entre a favela e a “cidade do asfalto”:

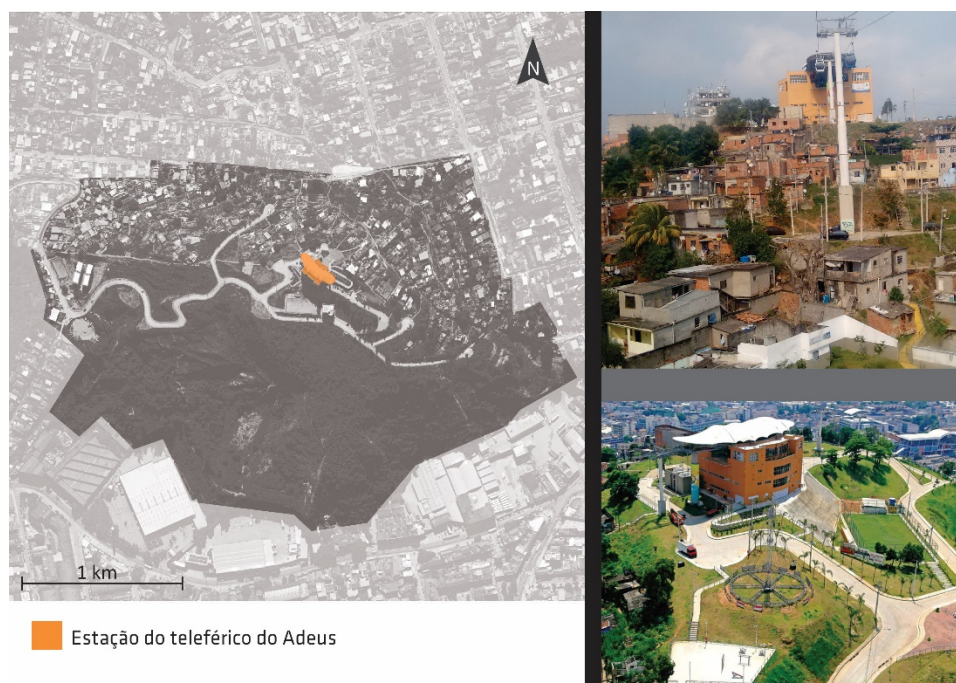
As frequentes comparações entre as malhas viárias da cidade e da favela costumam acentuar a baixa acessibilidade da última, sobretudo em áreas de topografia acidentada. É certo que a precariedade da pavimentação, assim como a improvisação na solução dos acessos mais íngremes, contribuem para reduzir a sua eficiência. Contudo, se tivermos em conta o corpo humano como instrumento de mediação dos espaços, a acessibilidade intrínseca do traçado urbano da favela pode revelar-se bastante satisfatória, com espaços públicos construídos para as pessoas e não para carros. Tal distinção aparece tacitamente na conhecida oposição entre ‘favela’ e ‘asfalto’. Ao identificar a cidade com o asfalto, admitimos que suas ruas largas e bem pavimentadas destinam-se preponderantemente aos automóveis. Congestionamentos, poluição ambiental, atropelamentos e colisões tornaram-se fatos corriqueiros, incorporados ao cenário ‘progressista’ da cidade do asfalto.

A acessibilidade das favelas deve, portanto, ser analisada frente à generosa oferta de espaços adequados e seguros para as práticas socioespaciais cotidianas. Uma espécie de ‘inteligência corporal coletiva’, que se traduz em competência urbanística pela racionalização dos recursos disponíveis, preside a interligação das vias na favela. As articulações entre ruas, moradias e quadras criam uma ‘sintaxe espacial’ perfeitamente legível, responsável pela estruturação do seu tecido urbano.

(DUARTE, 2015. p.01)

Essa sintaxe espacial foi rompida a medida que a articulação entre os elementos casa, rua e quadras é desfeita, não existe mais proximidade e articulação entre os espaços que ficam soltos, distantes e visualmente desconectados da identidade e morfologia espacial preexistente.

Segundo Jane Jacobs (2009) a colocação indiscriminada de espaços livres ainda que sejam supostamente de lazer pelos urbanistas é um grave erro. Não afirma que eles não devam existir, mas a crença de que eles são benéficos em qualquer situação é errônea. Argumenta que na maioria das vezes esses espaços se tornam desertos e mal cuidados com frequente ocorrência de atos violentos. Argumenta que o espaço mais adequado para as crianças brincarem é nas calçadas próximas de suas casas onde os adultos conhecidos podem supervisionar enquanto trocam ideias informalmente com seus vizinhos, onde o lazer surge entre uma atividade e outra sem necessidade do deslocamento. Segundo a autora, espaços de lazer devem ser colocados em lugares que já são bastante movimentados em várias horas do dia, para haver presença de pessoas vigilância e cuidado com aquele espaço.



*Figura 03: Diagrama escala monumental dos espaços construídos pelo PAC.
 Fonte: Google Eath modificada pela autora.*



Figura 03: Diagrama pracetas mirante.

Fonte: Google Earth modificada pela autora. Fotos tiradas pela autora.

HIPÓTESE 02: MEMÓRIA DAS REMOÇÕES COMO IMPEDITIVO DE CRIAÇÃO DE SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

O fato de a intervenção do teleférico ter removido extenso tecido urbano de casas onde residiam amigos e familiares dos atuais moradores, provou um sentimento de que o espaço que foi implantado no lugar dessas remoções não foi feito para aquela comunidade de pessoas que se encontram ligadas por essa rede invisível de laços afetivos. De fato, muitas famílias que antes residiam no morro do Adeus deixaram de residir, foram 'removidas'. Nesse sentido, existe a possibilidade de a memória coletiva do espaço se ressentir, consciente ou inconscientemente, dessas remoções.

O fato de ter sido verificado que as remoções realizadas ultrapassam o que seria o "estritamente necessário" para implantar a estação do teleférico, aponta para a possibilidade de que nessa intervenção, apesar de ter sido realizada sob o discurso da urbanização, ainda seria uma ação fortemente influenciada pela mentalidade higienista e remocionista que marcou a maior parte da história das intervenções em favelas. No Brasil e no Rio de Janeiro ainda é muito presente no imaginário coletivo e nas políticas públicas a visão estigmatizada de que as favelas deveriam ser exterminadas e substituídas por conjuntos habitacionais dentro da lógica funcionalista e higienista urbanismo moderno.

A ideia da urbanização defendida pelos movimentos sociais e legitimadas legalmente pelo Estatuto da Cidade (Lei n 10.257, 2001) se opõe a ideia da remoção reivindicando melhorias na infraestrutura urbana nos próprios locais das favelas. Existe, nesse sentido, a possibilidade da melhoria habitacional dentro da favela, acompanhada da regularização fundiária, valorizando o

investimento pessoal das famílias em suas casas, a identidade das famílias com suas residências e as redes de afetividades construída ao longo de anos.

HIPÓTESE 03: CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE CONTROLE POLICIAL COMO INIBIDOR DA ESPONTANEIDADE NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO

A instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) conjuntamente com as intervenções urbanas fazem parte de uma estratégia de estabelecimento de uma nova ordem de poder que busca se sobrepor a ordens de poder não oficiais. A omissão do poder público durante décadas, tornaram as favelas no Rio de Janeiro espaços onde o tráfico de drogas encontrou possibilidade de articulação, ainda que a maior parte dos moradores nada tenha haver com o tráfico estabelecido.

No contexto de guerra às drogas, as políticas urbanas aliam intervenção urbana a ações policiais que buscam exercer uma nova ordem de poder e controle no local. Dessa forma, os espaços resultantes das ações urbanizadoras, nesse contexto, se tornam espaços de “panóptico” potencialmente opressores em que a polícia quase nunca possui uma boa relação com a população. Em grande parte das vezes a visão da polícia está impregnada da visão estigmatizada de que qualquer morador favelado é potencialmente um bandido, envolvido com o tráfico, não sendo raro as situações de violação de direitos humanos, abuso do poder e assassinato de moradores inocentes por policiais.

Na história da prática do urbanismo, a criação de espaços vazios em tecidos urbanos anteriormente densos com a finalidade (velada ou declarada) de geração de espaços de controle e poder bélico sob a justificativa da salubridade e beleza da cidade não é uma novidade:

“O urbanismo de Hausman, homem desse estado bonapartista que erige sobre a sociedade afim de trata-la cinicamente (e não apenas como a arena) das lutas pelo poder, substitui as ruas tortuosas mais vivas por longas avenidas, os bairros sórdidos mais animados por bairros aburguesados. Se ele abre *boulevards*, se arranja espaços vazios, não é pela beleza das perspectivas. É para “penetrar Paris com as metralhadoras” (LEFEBVRE, 2001, p. 23)

Na citação acima, Lefebvre faz refletir sobre o autoritarismo que estava por traz do urbanismo haussmaniano da França bonapartista, justificado pela beleza e progresso dos *boulevards* parisienses. Embora o celebre marco da gestão de Pereira Passos no início dos anos 1900 tenha sido o exemplo mais clássico da aplicação desse pensamento urbanístico embelezador e higienista, não se pode considerar que essa forma agir e pensar a cidade tenha sido completamente superada. Principalmente +----quando se trata de projetos de urbanização de favelas, em que o Estado por décadas esteve omissos. Assistimos nessa última década a busca do Estado de disputar poder e se sobrepor a ordens de poder não oficiais nas favelas. Esse objetivo tem sido posto em prática, em grande parte, através da intervenção urbanística e de ações policiais justificadas pela “guerra contra as drogas.”

A preconceituosa e desinformada associação entre violência e favela constitui um grande obstáculo na busca de soluções eficazes e duradouras para o problema. O longo aprendizado acumulado pela cidade demonstra o equívoco representado pela ideia de que para se acabar com o narcotráfico se faz necessário eliminar as favelas ou, ainda, que será possível combater a desigualdade social com a força policial e a construção de novos presídios de segurança máxima. Os moradores das favelas são, ao contrário, os maiores interessados no fim da violência, já que constituem o segmento da população mais diretamente atingido por suas consequências nefastas. Tal condição faz

destas populações nossos principais aliados na luta contra a violência perpetrada não apenas pelo tráfico de drogas e armamentos, mas também e sobretudo, pelo próprio sistema econômico. (DUARTE, 2010, p.70)

Na Citação acima, Duarte (2010) aponta para uma provável relação entre a reedição das políticas remocionistas aliadas a políticas de controle policial ligadas a guerra ao tráfico a partir da reafirmação do imaginário preconceituoso e estigmatizado do ambiente e da população da favela. O autor sugere uma mudança de paradigma em relação ao enfrentamento da problemática da violência urbana. Aponta, nesse sentido, que a população da favela, em sua maioria desvinculada das atividades do tráfico, como possível e principal aliada para combate da violência urbana.

Se o lucrativo mercado de drogas se instala no território das favelas (espaços preexistentes a essa lógica) certamente foi pela negação de direitos dessa população e ausência/omissão do estado para com esses espaços físicos e sociais. A insistência da ação do poder público com a lógica de negação de direitos tende a agravar a problemática. Nesse caso negando inclusive o direito primordial à vida de sujeitos condenados à pena de morte sem qualquer julgamento, produzindo uma condição anômala do constante estado de exceção já naturalizado nas favelas cariocas. Nesse sentido, a máxima do ditado popular de que “violência só gera mais violência” se faz presente na realidade comprovada. Faz-se necessário chamar a atenção que muitos desses óbitos de crianças e adultos, em grande parte negros, são arbitrários, não havendo nenhuma comprovação de ligação dessas pessoas com a atividade criminosa. Ainda que houvesse, a pena de morte é considerada inconstitucional no Estado de Direito brasileiro.

A figura 08 a seguir ilustra a forma como no imaginário da população existe uma associação direta entre a instalação do teleférico no Complexo do Alemão com a violência policial criminosa a partir da inserção das UPP's. A charge aborda o caso de uma criança de dez anos morta arbitrariamente na porta de sua casa a tiro de fuzil na cabeça por um policial militar em abril de 2015, após 100 dias seguidos e ininterruptos de tiroteios no Complexo. A alusão de caixões circulando como se fossem as cabines do teleférico que se direcionam à estação em forma de caveira deixa claro a ideia de que a violência policial, a instalação do teleférico e das Unidades de Polícia Pacificadora estão diretamente relacionados na percepção do espaço pelos moradores. A figura 09 demonstra a como a população entende o poder Estatal na favela, que não entra no sentido de prover direitos, mas sim para apontar a arma na cabeça da população. Pinheiro (2016, p.230), ressignificou ironicamente a sigla UPP para “Unidade de Porrada nos Pretos”.



Figuras 04: Charge acerca da morte do menino Eduardo Ferreira. Autoria: Carlos Latuf. Fonte: <<http://consciencia.net/hoje-o-eduardo-foi-morto-no-complexo-do-alemao/>> acesso em: 23/10/2016

Figura 05: Charge acerca da repressão policial nas favelas e a estatização do jovem favelado. Autoria: Carlos Latuf. Fonte: <<http://www.imparesonline.com.br/2013/09/seguranca-publica-ou-guerra-contra.html>> acesso em: 23/10/2016

HIPÓTESE 04: INTENÇÃO DE TORNAR O MORRO DO ADEUS UM PONTO TURÍSTICO

No contexto da globalização, a cidade do Rio de Janeiro se insere em um cenário competitivo de disputa por investimentos e pela busca de afirmação e reafirmação da cidade como um dos principais destinos turísticos no âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, a escolha da cidade como sede dos megaeventos Copa do Mundo e Olimpíadas acirrou ainda mais os processos de transformações urbanas voltadas para a produção de espaços que possam ser consumidos pelo público turístico.

Nos últimos anos, o cenário da favela tem sido divulgado e vendido como cenário exótico e berço da rica diversidade cultural brasileira, sendo crescente os pacotes de passeios turísticos às favelas. A paisagem do Complexo do Alemão composta pelas casas nas encostas e por uma parte do maciço da Serra da Misericórdia ainda preservado, como pano de fundo, se torna bastante impressionante e atraente. É bastante provável que a construção do teleférico no Complexo do Alemão tenha tido a pretensão de promover o lugar como mais um importante ponto turístico da cidade.

Ainda que a imagem vendida e idealizada pelo turismo seja de uma possível troca cultural entre os visitantes e a população, a forma como a intervenção do PAC foi implantada é a negação dessa possibilidade. A intervenção realizada favorece uma forma de turismo que exotiza o espaço da favela e desrespeita a população. O visitante não entra em contato com o ambiente social da favela, ao contrário, de dentro de uma capsula fechada (cabine do teleférico) distanciada de 20 metros do chão o outsider avista as casas, devassando a intimidade das pessoas do alto. Todo o

espaço de visitação (entorno das estações do teleférico) são espaços de extremo controle e coibição da população local pela UPP sediada na vizinhança imediata das estações de teleférico. Pinheiro (2016) pesquisador do instituto Raízes em Movimento e morador do Complexo atenta para um “turismo de zoológico humano” e nega que o teleférico tenha sido implantado para mobilidade favelada.

Esse caráter da intervenção sinaliza para uma lógica de imposição de interesses externos ao lugar, não tendo como princípio a melhoria da qualidade de vida local, mas sim a subordinação da lógica local a uma lógica externa e global de produtificação dos espaços. O fato de o Morro do Adeus ser a primeira parada do circuito de cinco estações, torna ainda mais provável essa hipótese. A lógica de construção do projeto implantado, em que várias casas foram removidas para dar lugar a vazios contemplativos compostos por praticas-mirante valorizando as belas visuais do local, tornam ainda mais evidente essa lógica exógena.

Esse caráter da intervenção sinaliza para uma lógica de imposição de interesses externos ao lugar, não tendo como princípio a melhoria da qualidade de vida local, mas sim a subordinação da lógica local a uma lógica externa e global de produtificação dos espaços. O fato de o Morro do Adeus ser a primeira parada do circuito de cinco estações, torna ainda mais provável essa hipótese. A lógica de construção do projeto implantado, em que várias casas foram removidas para dar lugar a vazios contemplativos compostos por praticas-mirante valorizando as belas visuais do local, tornam ainda mais evidente essa lógica exógena.

A manchete a seguir publicada em julho de 2015 pelo site de notícias da UOL aponta para a confirmação que o teleférico tinha sim o interesse em promover o turismo no local.

UOL notícias Cotidiano

ÚLTIMAS - SEU ESTADO - CIÊNCIA E SAÚDE - ELEIÇÕES 2016 - ECONOMIA - INTER - JORNAIS

Em 4 anos, teleférico do Alemão fracassa para o turismo e para o transporte 📧 86

Hanrikson de Andrade
Do UOL, no Rio 05/07/2015 | 06h00



Figura 09: manchete UOL notícias. Fonte: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/07/05/deficitario-teleferico-no-alemao-rj-e-visto-com-desinteresse-apos-4-anos.htm#fotoNav=4>> acesso em: 23/10/2016.

Lefebvre chama a atenção para essa nova ordem urbana global a qual a cidade contemporânea pós industrial se submete em que a obra é substituída pelo produto, o valor de uso é substituído pelo valor de troca. “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem ao destruir, ao subordiná-las a si”.(LEFEBVRE, 2001, p. 14). O autor coloca ainda:

Através das diversas tendências esboça-se uma estratégia global (isto é, um sistema unitário e urbanismo já total). Uns farão entrar para prática e concretizarão em ato a sociedade de consumo dirigida. Construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a legível, uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. (...) Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço. (LEFEBVRE, 2001, p. 33-33)

Pelo visto a lógica do espaço construído para ser consumido sobe os morros cariocas. Nesse caso o que está sendo vendido não é exatamente o Morro do Adeus ou o Complexo do Alemão, mas a cidade do Rio de Janeiro como um todo, dentro de uma estratégia orquestrada a várias outras ações que buscam promover turisticamente a cidade dita “maravilhosa”. Como a criança

moradora em sua perspicácia juvenil percebeu, “essas praças foram construídas para as pessoas que chegam de fora, não para a gente”.

O objetivo de tornar as paradas do teleférico do Complexo do Alemão pontos turísticos da cidade nunca se consolidou devido os crescentes conflitos e tiroteios no local envolvendo facções criminosas e policiais, provando que as unidades policiais instaladas nada tiveram de pacificadoras.

Uma intervenção que desse prioridade ao valor de uso do espaço seria, nesse caso, através de uma urbanização pensada a partir das necessidades locais, respeitando as preexistências, considerando e dialogando com morfologia espacial existente no local.

HIPÓTESE 05: GERAÇÃO DE VAZIO DE USOS E CONSEQUENTE DESTRUIÇÃO DA URBANIDADE

A remoção de todo o tecido urbano de casas e comércios no topo do Morro do Adeus para instalação da estação do teleférico e espaços livres em seu entorno provocou um enorme vazio de usos nessa porção de cota mais alta. Tornou o espaço monofuncional sem a diversidade de usos que existia anteriormente. Os usos do equipamento teleférico não são suficientes para dar vida ao local. Dentro da estação do teleférico atualmente funciona apenas um banco e banheiros públicos embora existam algumas salas vazias. O projeto inicial previa a construção também de uma biblioteca que jamais foi implantada.

Vale esclarecer de forma sucinta nesse tópico o que viria a ser o conceito de urbanidade. Embora haja diferentes abordagens pelos autores, de uma forma geral, o termo urbanidade a maioria das vezes está relacionada a vitalidade urbana caracterizada por espaços públicos cheio de pessoas transitando e realizando trocas e interações sociais.

Essa qualidade de urbanidade é mensurada e enfatizada pelos autores sob diferentes aspectos: o quão as pessoas se sentem seguras (Jacobs, 2009 ; Andrade, 2010), o quão se sentem acolhidas pela escala dos lugares (Gehl, 2012) , o quão se sentem à vontade e convidadas a interagir socialmente no espaço (Andrade, 2010; Jacobs; 2009) e o quão o espaço público é capaz de promover a convivência passiva ou ativa de pessoas de diversos interesses, idades e origens sociais (Holanda, 2010; Figueiredo, 2010).

Segundo Jacobs, a diversidade de usos é uma das características mais essenciais para vitalidade urbana e qualidade do espaço:

(...) Nas cidades precisamos de todos os tipos de diversidade, intrinsecamente combinados e mutuamente sustentados. Isso é necessário para que a vida urbana funcione adequada e construtivamente, de modo que a população das cidades possa preservar (e desenvolver ainda mais) a sociedade e a civilização.
(...) (JACOBS, 2009, p.267)

Para compreender as cidades, precisamos admitir de imediato, como fenômeno fundamental as combinações ou misturas de usos, não os usos separados.(...) (JACOBS, 2009, p.158)

Essa hipótese considera que a destruição dos usos urbanos no topo do Morro do Adeus combina duas ideologias e práticas urbanísticas que podem ter influenciado a intervenção. Uma seria ideologia remocionista (quanto mais remover/limpar melhor) já mencionada anteriormente nesse texto. Essa estaria relacionada a um outro pensamento urbanístico que no Brasil ganha grande

importância e na prática e na teoria a partir dos anos 1930, seria a teoria do urbanismo moderno, tendo um de seus teóricos o arquiteto francês Le Corbusier que influenciou e influencia até hoje a maior parte dos planos diretores das cidades e das escolas de arquitetura e urbanismo do país. Um dos principais e mais desastrosos pilares do movimento moderno de urbanismo é o zoneamento funcional que propõe a separação espacial entre lazer, habitação, circulação e usos comerciais e institucionais.

Duarte (2006) faz uma crítica ao zoneamento funcional, sobretudo à separação dos espaços de lazer dos outros espaços apontando para “impossibilidade de se pensar o tempo livre como uma entidade autônoma, desligada dos tempos da vida cotidiana” como ocorre no tecido da cidade tradicional (pré-industrial) que o pensamento moderno busca desconstruir.

A monofuncionalidade do espaço resultante da intervenção em questão, aliadas a todos os outros fatores já mencionados tornam os espaços públicos livres construídos em torno da estação do teleférico do Morro do Adeus subutilizados e pouco reconhecidos pela população local. Nesse sentido, considera-se relevante considerar em projetos de urbanização de favelas a manutenção da diversidade de usos próximos e integrados aos espaços livres públicos.

A recente paralisação do funcionamento do teleférico no dia quatorze de outubro de 2016 torna o espaço ainda mais vazio e obsoleto. O fechamento das estações ocorreu devido à falta de pagamento do Estado para o consórcio Rio Teleféricos desde abril e, até o presente momento, não há previsão de retorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As hipóteses acima formuladas buscam lançar questões em relação ao contexto de urbanização de favelas hoje, refletidas na intervenção estudo de caso do Morro do Adeus. Através da análise das formas de apropriação do espaço e do contato com os moradores locais, lança-se a hipótese síntese de que a urbanização promovida pelo PAC no local imprime lógicas exógenas submetendo ao espaço urbano a racionalidade Neoliberal de competição entre cidades, lógica do turismo, da visibilidade externa da mega infraestrutura implantada do teleférico, lógicas higienistas e funcionalistas que não dialogam com as identidades locais.

Os projetos de urbanização e instalação de infraestruturas urbanas nas favelas se legitimam com o argumento de diminuir as fronteiras entre centro e periferia. Porém é preciso compreender que no contexto dessa década de 2000 em que nos encontramos, em que o Rio de Janeiro, bem como diversas outras metrópoles brasileiras, sediaram os mega eventos vê-se um cenário de interesses em disputa, revelado na forma de atuação das políticas públicas bem como o projeto de urbanização da favela do Morro do Adeus.



Figura 10: Diagrama Lógicas exógenas impressas na intervenção do PAC no Morro do Adeus. Fonte: Produzido pela autora.



Figura 11: Diagrama Lógicas endógenas como alternativa propositiva a novos projetos de urbanização de favelas para o Morro do Adeus. Fonte: Produzido pela autora.

Esse artigo propõe a reflexão de que para além de reconhecer que é importante fortalecer e consolidar as políticas de urbanização de favelas é essencial observar que lógicas estão sendo impressas nessas intervenções. Para alcançar o Direito a Cidade enunciado por Levebvre (2001), a

cidade sobretudo os espaços públicos, devem ser o lugar do encontro dos diferentes, da festa. A intervenção de urbanização associado a criação vazios monumentais, monofuncionais e que ainda se tornam espaços de controle policial, muitas vezes vem a destruir a urbanidade preexistente e impedem que através da intervenção possa florescer a vida urbana nos espaços públicos da favela.

Com base nessa análise, apontamos para algumas diretrizes como caminhos possíveis para intervenções futuras no Morro do Adeus, e que possam contribuir também no campo teórico-reflexivo no tema de urbanização de favelas de uma maneira mais ampla:

1. A intervenção deve dialogar com a lógica, escala e morfologia urbana da favela;
2. Os espaços livres públicos devem ter relação de proximidade e conexão a usos diversos e cotidianos;
3. Os espaços livres públicos devem promover a liberdade para manifestações culturais e trocas sociais, jamais devem se tornar espaços de controle da população;
4. A lógica da intervenção deve atender prioritariamente a necessidades endógenas do local, devendo ser respeitado valor de uso legítimo da população;
5. As intervenções devem prezar pela permanência da população e melhoria da qualidade de vida (e qualidade da habitação) no local, buscando a remoção zero.
6. As intervenções em favelas devem sempre vir no sentido de ampliar direitos, minimizar estigmas e melhorar a qualidade de vida da população.
7. Os usos diversos preexistentes, para além do uso habitacional, devem ser reconhecidos, mantidos, incentivados e incorporados à lógica da intervenção. (Como por exemplo: comércios, serviços, templos religiosos, etc)
8. Promover a continuidade do tecido urbano, respeitando a morfologia da paisagem favelada e inserindo, na escala local, espaços públicos de qualidade que possam promover o encontro e as práticas sócio-espaciais cotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Luciana. **Onde está a urbanidade: num bairro central de Berlim ou numa favela carioca?** In: I ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010.
- BUENO, Laura Machado Melo. **Projeto e Favela: metodologia para projetos de urbanização.** Tese de doutorado apresentada a FAUUSP. São Paulo, 2000.
- DUARTE, Cristovão F. **Forma e Movimento.** Rio de Janeiro: PROURB, 2006
- DUARTE, Cristovão F. **Reinvenção da Cidade.** Disponível em <https://cristovao1.wordpress.com/tag/cultura-urbana/>
- DUARTE, Cristovão F. **Rio de Janeiro, doze décadas de favelas: da invisibilidade a onipresença.** In: LUCARELLI, Francesco, DUARTE, Cristovão e SCIARRETTA, Massimo (org.) Favela & cidade. Napoli: Giannini Editore, 2008.
- DUARTE, Cristovão. F. **Um tempo-lugar para o cultivo dos corpos e do espírito.** In: Rachel Coutinho Marques da Silva. (Org.). A cidade pelo avesso. 1 ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / Ed. PROURB, 2006, v. 1, p. 59-67.

- FIGUEIREDO, Lucas. **Desurbanismo: Um manual rápido de destruição de cidades**. In: I ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010.
- GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas**. / Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HOLANDA, Frederico. Urbanidade: Arquitetônica e Social. In: I ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010.
- Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Estudo de Caso: Programa Favela Bairro**. Rio de Janeiro: IBAM, 1997.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 2ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. (1991). **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- PINHEIRO, Alan Brum. **O mundo complexo... do alemão**. In: RODRIGUES. Rute Imanishi. (Org.) Vida Social e Política nas Favelas: Pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- RIO ON WHATCH. **A História das Urbanizações nas Favelas parte I, II e III**. Disponível em:
< <http://rioonwatch.org.br/?p=4676> > ; < <http://rioonwatch.org.br/?p=5042> > ;
< <http://rioonwatch.org.br/?p=5735> > Acesso em: 25/10/1016.
- RODRIGUES. Rute Imanishi. **Uma construção complexa: Necessidades básicas, movimentos sociais, governo e mercado**. In: RODRIGUES. Rute Imanishi. (Org.) Vida Social e Política nas Favelas: Pesquisas de campo no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**- 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SENADO FEDERAL, **Estatuto da Cidade**. Brasília: Secretaria especial de editoração e publicações subsecretaria de edições técnicas, 2008.
- SILVA, Heitor. **O urbano subordinado: O PAC nas favelas do complexo do Alemão**. Belo Horizonte: Anais XVI ENAMPUR, 2015.
- SILVA, Jailson de Sousa; BARBOSA, Jorge Luís. **Favela: Alegria e dor na Cidade**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2005.
- UOL Notícias (ANDRADE, Hanrikson). **Em 4 anos teleférico do Alemão fracassa para o turismo e para o transporte**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/07/05/deficitario-teleferico-no-alemao-rj-e-visto-com-desinteresse-apos-4-anos.htm>> Acesso em: 25/10/1016.